

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa
<b>Despacho</b>	NP: 17bkcp72 <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b> 10/11/2015 Requerimento nº 472/2015 Protocolo nº 5943/2015
<b>Autor:</b> Dep. Janaina Riva	

Com fulcro no artigo 183, VIII, do Regimento Interno, combinado com o artigo 28 da Constituição do Estado de Mato, ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (Representante do Poder Judiciário Estadual), requerimento de informações constantes nas perguntas elencadas abaixo. Nas respostas, caso positivas, que seja encaminhado a este gabinete os valores e objetos de cada um.

Quesitos:

1. Quais são, atualmente, os tipos de verbas indenizatórias ou auxílios pagos e a respectiva periodicidade?
2. Quais os valores tocantes a cada uma delas?
3. Quais são os textos normativos que regulamentam a instituição e o valor de cada VI/auxílio?
4. Os membros prestam contas dos valores recebidos a título de VI? Se sim, qual a periodicidade e como é feita?
5. Há pagamento de alguma espécie de VI ou auxílio aos membros aposentados e/ou afastados das funções judicantes?

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 10 de Novembro de 2015

**Janaina Riva**  
Deputada Estadual

## **JUSTIFICATIVA**

O presente requerimento tem como objetivo dar conhecimento à população Mato-grossense de todo repasse dado aos membros do Poder Judiciário, de forma a deduzir todas questões concernentes as verbas indenizatórias de natureza permanente.

Ademais, veicula uma máxima que o Poder Legislativo se embriaga de regalias (auxílios e verbas indenizatórias), enquanto outros poderes ficam a mingua, o que não é uma verdade.

Isto posto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da matéria, ao tempo que conto com a colaboração dos envolvidos para responder dentro do prazo legal.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 10 de Novembro de 2015

**Janaina Riva**  
Deputada Estadual